

RODRIGUES, I. C. ; **ROCHA, D. O. S.** . Implicações de uma perspectiva discursiva para a construção de uma metodologia de análise das práticas languageiras. Gragoatá (UFF), v. 29, p. 205-222, 2010.

Implicações de uma perspectiva discursiva para a construção de uma metodologia de análise das práticas languageiras

Isabel Cristina Rodrigues (UERJ - UFF)

Décio Rocha (UERJ - CNPq)

Resumo: Este artigo apresenta a construção de uma metodologia de análise que procurou investigar em que medida os debates acerca da educação bilíngue para surdos no Brasil ao longo da década de 1990, momento em que ganhavam visibilidade no país, reproduziam controvérsias clássicas da área da surdez. A perspectiva teórica adotada foi a da Análise do Discurso de base enunciativa, com ênfase nas reflexões de Maingueneau. O trabalho destaca que a metodologia norteadora de uma pesquisa assentada em bases de ordem discursiva encontra-se em estreita interlocução com o quadro teórico e com o tipo de práticas languageiras que se deseja investigar. Como resultados principais desta investigação, estão os seguintes elementos: relação entre a delimitação do corpus e saberes do pesquisador acerca do universo pesquisado; eleição de marcas linguísticas como apoio à delimitação de um corpus; especificação do quadro teórico adotado para o tratamento de enunciados de interesse, neste caso, enunciados negativos de caráter polêmico (DUCROT); problematização do quadro teórico adotado.

Palavras-chave: Análise do Discurso; negação polêmica; práticas languageiras; implicações teórico-metodológicas; educação de surdos.

***Abstract:** This paper presents the construction of a methodological approach in order to investigate in which extent debates on bilingual education for deaf people throughout the nineties in Brazil reproduce classical controversies in studies on deafness. The theoretical approach was Discourse Analysis on an enunciative basis, with a special emphasis on the contributions of Maingueneau. The paper highlights the fact that such a methodology keeps a productive dialogue with the theoretical framework, as well as with the kind of language practices put under analysis. It is pointed out as main results of our research: the existence of a relation between the corpus delimitation and the researcher's knowledge about the universe investigated; the choice of linguistic features supporting corpus delimitation; specification of the theoretical framework adopted in the analysis of negative utterances which are seen as polemical ones (DUCROT); problematization of the theoretical framework adopted.*

Keywords: Discourse Analysis; polemical negation; language practices; theoretico-methodological implications; deaf people education.

1. Introdução

O trabalho de análise das práticas languageiras em uma perspectiva discursiva oferece-nos desafios de diferentes ordens. Com efeito, desde a escolha do ponto de vista teórico a ser adotado – o vasto leque de “análises do discurso” que se apresentam na atualidade já foi amplamente tematizado (ver MAINGUENEAU, 1995) – até a construção de um *cópus*¹ em meio à diversidade de recortes passíveis de constituírem objetos de análise, as possibilidades são bastante diversificadas.

Neste artigo, nossa atenção estará voltada para um dos muitos desafios a que fazemos menção: como enfrentar dificuldades impostas pelo plano metodológico do trabalho em uma perspectiva discursiva – seja ela qual for. Nesse sentido, procuraremos

traçar um caminho que reafirme a absoluta solidariedade entre teoria, *córpus* e metodologia:

... por nosso objeto de análise ser um objeto teórico, é preciso ressaltar que a teorização determina o procedimento metodológico, da mesma forma que este nos faz refletir sobre a teoria. E ambos levam à constituição do *córpus*, o que significa dizer que o *córpus* não está dado, mas é construído pelos gestos do analista de pôr unidades em contato, selecionar sequências, agrupá-las em bloco, voltar à teoria para, a partir dela, construir recortes, relacioná-los e, a partir deles, repensar a teoria, num movimento em espiral de retomadas de aspectos metodológicos e teóricos, lançando novos olhares, surpreendendo-se. (MITTMANN, 2007, p. 155)

No caso, nas reflexões que ora apresentamos, o caminho escolhido partiu de uma questão de pesquisa voltada para um debate em curso no campo da educação brasileira, e a perspectiva discursiva adotada foi a da Análise do Discurso de base enunciativa (doravante AD), com ênfase nas reflexões de Maingueneau, que nos permitiu redimensionar uma categoria de análise – o *não* polifônico descrito por Ducrot (1987) – e apostar em sua produtividade na constituição de um *córpus*.

2. Esboço do *córpus* em função da questão de pesquisa e do referencial teórico

O trabalho de onde se origina este artigo (ver RODRIGUES, 2002) centra-se no debate sobre a proposta de educação bilíngue para pessoas surdas, que, no Brasil, começou a ganhar visibilidade no início da década de 1990 e que, na primeira década do século XXI, produziu uma série de políticas públicas. De acordo com essa proposta, no espaço escolar, a língua brasileira de sinais (Libras) corresponde à primeira língua e o português, à segunda língua, para esses indivíduos.

A história da educação de surdos – que possui pelo menos dois séculos – parece narrar uma controvérsia fundamental que se apresenta num movimento pendular entre aceitação e proibição do uso da língua de sinais. Essa controvérsia se pauta, em especial, no preconceito que se tem sobre as línguas de sinais – seriam de fato uma língua? – e na preocupação de que, com sua valorização, os surdos acabassem se desinteressando da língua da comunidade ouvinte em que estivessem inseridos.²

Assim, definimos como problema de pesquisa investigar *como estavam sendo construídos os discursos que procuravam legitimar e / ou discutir o ensino bilíngue no processo educacional de pessoas surdas no Brasil ao longo da década de 1990*. Tal problema relacionava-se com a seguinte hipótese: *os discursos em questão continuariam polemizando a controvérsia clássica na área da surdez na tentativa de delimitar as possibilidades de implantação desse projeto político-pedagógico*.

À luz de uma perspectiva discursiva de base enunciativa, observar como os discursos estão-se construindo requer que os tomemos como um modo de apropriação da linguagem socialmente constituído. Sendo assim, mais do que com o conteúdo temático, os efeitos de sentido que se produzem têm a ver com o lugar sócio-histórico de onde o tema é falado e, conseqüentemente, com o modo pelo qual ele é falado. Trata-se de uma complexidade que só faz ratificar um modo de funcionamento discursivo compatível com os princípios de uma semântica global (MAINGUENEAU, 2005), com base nos quais não se apreende o discurso “privilegiando tal ou qual de seus ‘planos’, mas integrando-o a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2005, p. 79).

Como então, com base na questão de pesquisa e nessa perspectiva teórica, selecionar um corpus de análise? Não bastaria, por exemplo, analisar um corpus procurando o tema em foco, mapeando se ele está presente ou não, e em que quantidade,

no debate em questão. O objetivo é justamente outro: o de tentar observar como os enunciados sobre o tema investigado circulam, num movimento dialógico – quem os assume e de que lugar.

Discursos sobre a educação bilíngue para surdos no Brasil podem provir de fontes diversas. A produção escrita que trata do assunto é variada, além do que outros caminhos também poderiam ser escolhidos, como realizar entrevistas, gravar reuniões. Enfim, era preciso proceder a um recorte desses discursos.

Decidimos então estabelecer um primeiro critério para nortear a escolha do *corp*us: optar pelas publicações do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) como nossa fonte, pelo papel de destaque da instituição na concretização da chamada “educação de surdos” no Brasil e por sua posição de centro de referência no país na área da surdez. O início das publicações do INES, que foi criado em 1857, data do final do século XIX, mas os primeiros registros da discussão sobre bilinguismo / educação bilíngue são do começo da década de 1990. Desdobramos então esse primeiro critério: pesquisaríamos os periódicos do instituto publicados ao longo da década de 1990.

A revista *Espaço*, logo de início, mostrou-se de especial interesse: seu primeiro número foi publicado no segundo semestre de 1990, coincidindo justamente com o momento em que o debate começava a ganhar visibilidade. Além disso, comparando-a com *Fórum* e *Arqueiro*, os dois outros periódicos da mesma década, *Espaço* possuía uma caracterização bem clara, que definia para ela um certo perfil de gênero, ponto a se privilegiar pela natureza de nosso quadro teórico. Já na primeira edição (jul.-dez./1990), na primeira capa, na página 3, no editorial e na quarta capa, essa revista procura se definir como o “informativo técnico-científico para profissionais da área de deficiência auditiva”, “um veículo para democratização da informação”, que “busca preencher a

carência de bibliografia específica”, “divulgando artigos e comunicações de profissionais, possibilitando a troca de informações”.

Pode-se dizer assim que, desde o início, trata-se de um periódico que define bem seu objetivo de promover um amplo debate de ordem técnico-científica. Sobre o conteúdo, o que se pode dizer, de forma geral, é que, de fato, *Espaço* tem conseguido reunir um grande número de profissionais / pesquisadores dedicados a diferentes áreas de estudo sobre a surdez, provenientes de instituições variadas.

Em meio a dezesseis edições (1990 até 2001) e dezenas de artigos, porém, um novo critério se mostrava necessário para o recorte do corpus. Notamos que havia, ao longo de todas essas edições, artigos que se propunham a tratar especificamente do tema educação bilíngue / bilinguismo. Consideramos essa entrada pertinente por vir diretamente ao encontro do problema da pesquisa. Foram selecionados, assim, todos os artigos que traziam no título os termos “bilíngue” ou “bilinguismo”, descartando-se aqueles cujo objetivo claro era discutir prática fonoaudiológica, e não pedagógica, e os que se referiam a contextos de educação bilíngue apenas para pessoas ouvintes. Restou ao final um total de oito artigos. A organização interna da maior parte deles focalizava a discussão sobre educação bilíngue em seções específicas. Optamos, em consequência, por localizar a análise nessas seções, selecionadas também pelas entradas “bilíngue” ou “bilinguismo” nos títulos.

3. Rumo à definição do corpus em função de uma categoria de análise

Após as sucessivas escolhas para o recorte do universo textual de *Espaço*, faltava ainda decidir por uma entrada de análise que explicitasse o interesse do recorte feito para o debate em questão. Essa decisão levou em conta três fatores inter-relacionados:

os objetivos da pesquisa, a natureza do material selecionado e o quadro teórico de análise.

O material até então selecionado era composto por artigos publicados num periódico que delimita seu caráter genérico como de ordem técnico-científica, destinado basicamente a profissionais da área da surdez. Como partimos da hipótese de que o debate em pauta materializava um embate discursivo que poderia estar retomando uma controvérsia clássica da história da educação de surdos, priorizamos entradas de análise que permitissem identificar e reunir três elementos: *pontos de controvérsia; enunciadores que o gênero traz para o debate e que posição enunciativa ocupam; o que estes nos permitem apreender dos efeitos de sentido que se produzem.*

Avaliando cada artigo e suas características, escolhemos então um artigo do número 6 (1997) de *Espaço* – “Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no projeto de educação bilíngue para os surdos” – para realizar uma análise-piloto, com base nos seguintes critérios: é o único artigo que propõe uma atitude de análise geral do assunto e também é o único que faz parte da seção “Debate” da revista que propôs como tema justamente “Bilinguismo e Educação de Surdos”.

Pudemos depreender, não sem uma intensa atividade de leitura do referido artigo, uma marca enunciativa bastante presente e que, por essa razão, deveria representar um traço constitutivo seu: a marca linguística de negação *não*. Tal presença não poderia ser desprovida de sentido, principalmente quando aproximamos a essa reflexão o fenômeno da negação polêmica descrito por Ducrot (1987). Como veremos a seguir, a “aposta” feita na produtividade dessa entrada linguística permitiu identificar os três elementos que priorizamos como centrais na caracterização de nosso corpus. Uma vez realizada a análise-piloto, sua produtividade fez com que estendêssemos essa entrada para os outros artigos, e verificamos que, em todos, ela se atualizava de modo pregnante, revelando

para a pesquisa um caminho que prometia ser bastante produtivo, em especial no que diz respeito ao caráter polifônico dos enunciados.

4. Repercussões do quadro teórico sobre o encaminhamento metodológico da pesquisa

Ducrot (1987), ao esboçar sua teoria polifônica da enunciação, recorre à descrição do fenômeno da negação a fim de mostrar a pertinência linguística das noções de enunciador e de locutor no que diz respeito à caracterização da polifonia como traço constitutivo da linguagem. Para esse autor, parece interessante, para descrever a negação, recorrer à distinção entre locutor e enunciador, afirmando que:

O locutor L que assume a responsabilidade do enunciado “Pedro não é gentil” coloca em cena um enunciador E_1 que sustenta que Pedro é gentil, e um outro, E_2 , ao qual L é habitualmente assimilado, que se opõe a E_1 .
(DUCROT, 1987, p. 202)

E_1 e E_2 sustentariam pontos de vista opostos. Esse choque entre atitudes antagônicas, uma positiva e outra que é a recusa desta, segundo Ducrot, aparece em grande parte dos enunciados negativos. Ele apresenta as condições de emprego da expressão “ao contrário” após os enunciados negativos como uma forma de identificar E_1 :

Depois de um enunciado “Pedro não é gentil”, pode-se encadear “ao contrário, ele é insuportável”. A que o segundo enunciado é “contrário”? Não ao primeiro tomado em sua totalidade, mas ao ponto de vista positivo [Pedro é gentil] que este, segundo penso, nega e veicula ao mesmo tempo.
(DUCROT, 1987, p. 203)

Assim, Ducrot reafirma que a presença de um enunciador que se confronta com um locutor que assume um enunciado negativo está marcada na frase – é um fato da língua recuperado no enunciado. Esse fenômeno se enquadra dentro do que o autor denomina *negação polêmica*. É importante destacar aqui que esse enunciador E₁ colocado em cena não é assimilado a nenhum locutor que, dizendo *eu*, assumia a responsabilidade de algo efetivamente proferido, enunciado. Segundo explicação do próprio Ducrot, “a atitude positiva à qual o locutor [no caso o enunciador E₂] se opõe é interna ao discurso no qual é contestada” (DUCROT, 1987, p. 204).

A uma perspectiva discursiva interessam, fundamentalmente, os efeitos de sentido produzidos pela negação polêmica: a possibilidade de identificar duas “vozes” distintas encenando um embate de posicionamentos em relação a um dado tema, uma polarização de pontos de vista. Com isso, marca-se a presença de “um outro” no discurso, remetendo à discussão sobre heterogeneidade discursiva.

Ducrot apresenta sua tese da negação polêmica, mas não faz parte dos limites de suas reflexões aprofundar a análise sobre um caráter discursivo dos enunciadores antagônicos, o que é feito pela AD ao retomar o trabalho desse autor. Retomando a teoria de Ducrot por essa perspectiva, pode-se considerar que a polêmica discursiva não é individual; ela se instaura entre dois sujeitos que representam lugares sócio-históricos antagônicos. Toda organização discursiva pressupõe uma certa forma de se relacionar com o “outro”. Quando um enunciador mobiliza enunciados produzidos por outros enunciadores, ele estabelece relações específicas de similaridade ou de divergência com esses. E a negação polêmica vem denotar um modo como um dado discurso se relaciona com outro que lhe é exterior.

Definida assim essa noção operatória, que se mostrou produtiva – o *não* polêmico –, um recorte final para a delimitação do *cópus* precisou ser feito. Procedemos ao

recorte de todos os fragmentos que contivessem a pista linguística *não* e verificamos quais poderiam se localizar dentro da categoria definida por Ducrot como “negação polêmica”. A identificação desses enunciados só pôde ser feita de forma concomitante à depreensão das afirmativas a eles subjacentes. De fato, em nossa experiência de análise, vimos que se trata de um processo indissociável. Afinal, reconhecer o embate de vozes, quando trabalhamos com uma perspectiva teórica discursiva, é poder distinguir posicionamentos enunciativos distintos.

Para isso, a fim de distinguir os casos de negação polêmica³, utilizamos os seguintes procedimentos:

- empregar a expressão “ao contrário”, proposta por Ducrot, na sequência do enunciado, a fim de mapear a presença de um outro enunciador;
- verificar sob que condições, dentro do contexto do debate, as afirmativas subjacentes, isto é, os diferentes pontos de vista depreendidos que não chegavam a se materializar em enunciados, seriam, de fato, sustentadas por algum enunciador.

A respeito das condições a que ora fazemos referência para vincular os pontos de vista depreendidos a possíveis enunciadores que polemizam com o locutor, diremos no momento tão somente que aí está uma decisão de ordem metodológica a ser explicitada mais tarde. No momento, porém, antes de passarmos a considerações acerca de tal decisão, e também antes de prosseguirmos nas análises realizadas em nosso *cópus*, faremos uma breve reflexão acerca de todo um conjunto de decisões metodológicas que se acham implícitas ao longo dos itens 2 e 3 deste artigo. Por intermédio de tais reflexões, nosso objetivo será conferir uma maior visibilidade aos procedimentos metodológicos que pudemos construir em nosso trabalho, buscando, desta forma, ao menos mitigar as insuficiências de um dos pontos de debilidade de uma abordagem discursiva: o caminho metodológico construído pelo pesquisador.

5. Revendo decisões metodológicas para a delimitação do corpùs

No âmbito das decisões metodológicas que cumpre tomar em todo trabalho de pesquisa, um dos territórios mais áridos é o da delimitação do material a ser submetido a análise. “Segundo que critérios optar por um dado recorte de corpùs como preferencial em comparação a um outro? Como garantir que o recorte escolhido seja adequado aos objetivos que se propõe alcançar uma pesquisa? Do ponto de vista quantitativo, com quantos enunciados se faz um corpùs suficientemente poderoso para que nos aproximemos de uma resposta à pergunta propulsora da atividade de pesquisa?”. Eis algumas das indagações que costumam pontuar no cotidiano o trabalho de delimitação de um corpùs de pesquisa.

Uma possível resposta à questão parece residir na busca de um princípio que norteie a ação do pesquisador a esse respeito. Com efeito, não há como não perceber que várias seriam as possibilidades de critérios que o levariam à escolha de um corpùs, assim como também não se pode deixar de reconhecer o que há de insustentável na eleição de critérios de ordem exclusivamente quantitativa: não há como preconizar um número mínimo de enunciados que possa garantir a adequação de um corpùs ideal.

Diante das dificuldades levantadas, acreditamos constituir um ponto de partida confiável para a construção de um corpùs o recurso a um conceito que se encontra em íntima relação com a problemática interdiscursiva: o conceito de espaço discursivo (MAINGUENEAU, 2004). Trata-se de uma noção que corresponde a uma “escolha estratégica de ação” do pesquisador, tendo em vista a impossibilidade de se apreender a totalidade de um campo discursivo. Assim sendo, o espaço discursivo, entendido como subconjunto do campo discursivo, seria “constituído ao menos de dois posicionamentos

discursivos, cuja correlação é considerada importante pelo analista para sua pesquisa” (MAINGUENEAU, 2004, p. 92).

Com base nessa definição oferecida por Maingueneau, que fique bem clara a ideia de que a produtividade da correlação entre os dois conjuntos de textos não nos é garantida de antemão, configurando-se, antes, como uma hipótese ou um investimento feito pelo pesquisador. Em outras palavras: afastamo-nos do plano das evidências empíricas, segundo o qual bastaria ir ao campo para “coletar” um *cópus* já pronto, e adentramos o da construção (sempre por meio de escolhas perspectivas, interessadas, assentadas em um quadro teórico) empreendida pelo pesquisador.

Ao iniciarmos uma pesquisa, nem sempre dispomos de hipóteses suficientemente poderosas acerca da inscrição dos textos ali presentes em “posicionamentos discursivos” a serem correlacionados, segundo nos sugere a definição de *espaço discursivo* que transcrevemos. Na verdade, o procedimento de interdelimitação proposto por Maingueneau parece funcionar mais imediatamente quando se dispõe de pistas deixadas pela tradição, isto é, pelos saberes instituídos acerca dos discursos que circulam em um dado momento e em um dado espaço. Nesse caso, parece facilitada a tarefa de eleição de um espaço discursivo em que dois posicionamentos entrem em confronto. Não parece ser outra a situação dos textos sobre os quais se debruça Maingueneau (2005), por exemplo: o embate entre a prática discursiva do humanismo devoto, em contraposição à do jansenismo, embate esse nítida e largamente atestado pela tradição.

Outra era a situação dos textos com os quais trabalhávamos. Por evidentes que possam parecer determinadas posições (antagônicas) assumidas no conjunto das práticas linguageiras voltadas para a educação bilíngue⁴, estávamos efetivamente longe de um quadro em que se vislumbrasse a confrontação de posicionamentos discursivos claramente delimitados.

Impedidos de tomar como ponto de partida de nosso trabalho a “confortável evidência” de discursos em franca situação de embate, recorreremos a um modo alternativo de entendimento da referida função de interdelimitação:

...o sentido que atribuímos à função de *interdelimitação* desses textos não coincide necessariamente com o modo como a referida função se atualiza nos trabalhos de Maingueneau, ... (...)

... insistiremos na possibilidade de o Mesmo já se constituir em pista para localizar o Outro (nos pequenos deslizamentos que se verificam). (ROCHA, 2003, p. 201-2)

Como se dá tal possibilidade de apreensão do Outro no Mesmo?

Para tentar responder à questão, lembramos inicialmente que trabalhar com grandes conjuntos remetendo a posicionamentos discursivos em franca oposição não representa qualquer garantia de sucesso; pelo contrário, as grandes oposições são também aquelas que dificilmente poderíamos operacionalizar em procedimentos de análise consistentes. Por exemplo, não nos parece de grande interesse a oposição entre discursos do cristianismo *versus* discursos do budismo, uma vez que lidaríamos com uma oposição excessivamente genérica. Mais valeria, nesse caso, desmembrar cada um dos integrantes desse par em unidades menores, mais claramente situadas, para, então, alcançar um grau de comparabilidade suficiente: discursos do cristianismo de que espécie? situados em que momento da história do cristianismo? em que espaço? discursos sustentados por que atores? Tal “metodologia do fracionamento” seria levada adiante para se alcançar uma possibilidade qualquer de interdelimitação, e o mesmo deveria ser feito em relação ao que denominamos “discursos do budismo”. O resultado seria a obtenção de conjuntos de textos que talvez não se opusessem tão frontalmente, como era o caso dos discursos do cristianismo e do budismo, mas com certeza

estaremos diante de unidades que apresentarão um grau de comparabilidade bem superior. O caminho, como vimos, foi o da “progressiva neutralização das diferenças”, até que chegássemos a unidades suficientemente próximas, cuja confrontação possibilitaria resultados mais precisos, porque mais fortemente ancorados em uma dada situação de enunciação. Tal caminho de neutralização progressiva das diferenças, que nos parece corresponder à mencionada “captação do Outro no Mesmo”, também pode ser trilhado como um caminho de produção progressiva de diferenças, que ora ilustraremos por meio da exemplificação dos discursos voltados para a educação bilíngue para surdos.

Com o objetivo de dar visibilidade ao modo de fracionamento progressivo do material, procedimento que nos permitiu a composição de um cópús no qual o que aparentemente se dava como um Mesmo acabou se revelando como Outro, recuperaremos nossa questão de pesquisa e os sucessivos passos de aproximação ao cópús final. Nosso interesse de pesquisa centrava-se no modo pelo qual estavam sendo construídos no Brasil os discursos de legitimação / discussão do ensino bilíngue no processo educacional de surdos ao longo da década de 1990. Como primeiro passo rumo à consecução de nossos objetivos, deveríamos nos decidir por uma dada categoria de textos, em meio à grande diversidade de práticas languageiras em que esses debates se atualizavam. Assim, esquematicamente, diremos:

1º. passo: discursos de artigos acadêmicos sobre educação bilíngue X outros gêneros textuais, como entrevistas, reuniões de trabalho

Observe-se que, dependendo da perspectiva que venhamos a assumir, o conjunto de textos a que ora nos referimos pode ser apreendido como um Mesmo ou como já configurando traços de alteridade: trata-se de textos que versam todos, sem exceção,

sobre educação bilíngue (um Mesmo, portanto), os quais se atualizam em gêneros diversos (condição que nos permite falar da entrada em cena de um Outro).

Uma vez feita a opção pelos artigos acadêmicos, novamente se impunha a necessidade de transformar o que então se apresentava como um Mesmo (textos acadêmicos sobre educação bilíngue) em uma composição que explicitasse sua dimensão de alteridade. Este seria, então, o segundo passo a ser dado na construção do *cópus*:

2º. passo: discursos sobre educação bilíngue apreendidos na revista acadêmica *Espaço* X discursos sobre educação bilíngue apreendidos em outras revistas acadêmicas

A decisão tomada nesse segundo passo consistiu na escolha da revista *Espaço*, tendo em vista as razões anteriormente apresentadas. Como é fácil perceber, mais uma vez, o que antes se apresentava como um Mesmo (discursos sobre educação bilíngue apreendidos em revistas acadêmicas) acabou se fracionando em um Outro, procedimento que foi sucessivamente adotado, como indicaremos resumidamente a seguir:

3º. passo: artigos da revista *Espaço* escolhidos ao longo de toda a década de 1990 X artigos de apenas alguns exemplares da revista *Espaço* escolhidos pontualmente

4º. passo: artigos da revista *Espaço* da década de 1990 em que figuravam no título termos como “bilíngue”, “bilinguismo” X outros artigos

5º. passo: artigos da revista *Espaço* (década de 1990, figurando no título termos como “bilíngue”, “bilinguismo”) focalizando uma prática pedagógica X artigos focalizando uma prática fonoaudiológica

6º. passo: enunciados negativos em artigos da revista *Espaço* (década de 1990, figurando no título termos como “bilíngue”, “bilinguismo” e focalizando uma prática pedagógica) X demais tipos de enunciados

7º. passo: enunciados contendo negação polêmica X enunciados contendo outros tipos de negação (descritiva e metalinguística)

Desse modo, fica claro de que modo chegamos à definição final do *cópus*. Aliás, se nos referimos a uma etapa “final” de construção do *cópus*, que fique bastante claro para o leitor que, na realidade, estamos longe de haver esgotado as possibilidades de recortes sucessivos do material textual em questão: não fazemos senão interromper os procedimentos de recortes sucessivos por acreditarmos que já dispomos de um *cópus* suficientemente homogêneo para ser submetido a análise e, ao mesmo tempo, suficientemente diverso para garantir o interesse dos resultados que poderemos obter por meio de sua análise. A relatividade de nosso “recorte final” pode ser apreendida no fragmento a seguir:

Onde se situa a fronteira que demarcaria a referida passagem do Mesmo ao Outro? Quando é que, nos sucessivos recortes a que procedemos ao longo do trabalho de pesquisa, não mais se teria um Outro em oposição, mas um Mesmo? Isto é, quando é que cessaria a função de interdelimitação?
(ROCHA, 2003, p. 203)

Gostaríamos de retomar uma questão que deixamos em suspenso ao final do item 4, não sem nos comprometermos em retomá-la mais tarde. É o que pretendemos fazer no momento. Trata-se, no âmbito dos debates que concernem à negação polêmica, da questão dos vínculos entre os pontos de vista afirmativos apreendidos sob os enunciados negativos e os possíveis enunciadores que dariam sustentação a tais pontos de vista. Em outras palavras, o que nos cabe no momento é registrar algumas considerações acerca das condições nas quais identificamos um enunciado negativo como polêmico ou não. Conforme anunciado, estamos convencidos de que temos aí uma decisão de ordem metodológica que cumpre explicitar.

No âmbito da teoria de Ducrot, não há uma caracterização satisfatória que permita distinguir entre negação polêmica e descritiva. A materialidade linguística de ambas é a mesma – o *não*. Sendo assim, em última instância, apenas o conhecimento do universo do debate permite o reconhecimento efetivo de um enunciador que sustentaria uma afirmativa subjacente a um enunciado negativo. Queremos salientar com isso que, muitas vezes, coube aos pesquisadores decidir, com base na interlocução que vêm mantendo com a área, se um enunciado negativo era ou não de caráter polêmico.

Assim, definidos os enunciados com a marca da negação polêmica, seu conjunto constituiu nosso *cópus* final de análise. Foi a partir desse conjunto de enunciados negativos que pudemos localizar pontos de controvérsias, propondo a organização de suas afirmativas subjacentes por categorias / perfis de enunciadores.

6. A negação polêmica e suas tonalidades dialógicas

Para Bakhtin (1992), todo enunciado que assume uma completude comunicativa provoca uma “atitude ou compreensão responsiva ativa”, que é uma reação ao processo de produção de sentido que o enunciado deflagra. Tal reação, contudo, não precisa se manifestar necessariamente sob a forma de uma réplica imediata – caso mais recorrente dos gêneros secundários, como os artigos científicos, que não costumam manter relação direta com os enunciados alheios e podem até simular a alternância dos sujeitos falantes própria dos gêneros primários. Essa é uma forma de se trazer a palavra do outro para o interior de um enunciado, de se predeterminarem posições responsivas desse outro: tonalidades dialógicas que se imprimem no enunciado.

Um enunciado pode ser motivado, portanto, pelo teor do enunciado do “outro”. É o que reconhecemos no interior dos enunciados polêmicos, nos quais dizer *não* significa negar o conteúdo que o ponto de vista de um outro poderia assumir, travando-se um

diálogo sub-reptício. Admitimos, portanto, duas possibilidades. Se o locutor diz que “a proposta bilíngue *não* privilegia uma língua”, ele pode estar:

- antecipando-se a um enunciador que, a partir das suas considerações sobre o tema, poderia supor que ele (locutor) assume que “a proposta bilíngue privilegia uma língua”; ou,
- reconhecendo entre os enunciadores que integram o debate em pauta algum que assumiria que “a proposta bilíngue privilegia uma língua”, isto é, o locutor estaria manifestando sua discordância em relação a esse enunciador.

Analisar cada enunciado negativo, depreendendo suas afirmativas subjacentes, foi para esta pesquisa um modo de tornar visível esse diálogo – restava saber quem dialoga. Os enunciados negativos são plenamente assumidos pelo locutor, são de fato “enunciados”. Mas o que dizer das afirmativas subjacentes? Que vozes as assumiriam? Tais vozes são trazidas para o discurso como marca de alteridade, como algo que pertence ao “exterior” – um exterior, aliás, que se rejeita. Os pontos de vista sustentados nas afirmativas são exatamente aquilo de que a prática de linguagem instaurada na revista *Espaço* quer se distanciar.

Neste trabalho, não tivemos como objetivo central oferecer ao leitor resultados de análise de um *cópus*, mas explicitar o caminho metodológico empreendido. Queremos, contudo, apresentar um mínimo acerca dos resultados de nossas análises, uma vez que foi certamente a metodologia que adotamos que nos permitiu cartografar diferentes vozes e o diálogo que elas tecem com o locutor, o que constitui uma forma de compreender efeitos de sentido que o debate sobre a educação bilíngue poderia estar produzindo. Após a depreensão de cada afirmativa subjacente aos enunciados negativos que integraram nosso *cópus*, concluímos que as vozes recuperadas poderiam ser agrupadas em quatro categorias / perfis mais visíveis de enunciadores, descritas a

seguir, que ocupariam um dos polos das controvérsias discursivas. Passemos a essas categorias.

Identificamos um *enunciador reducionista*, ou seja, aquele que reduz a real dimensão dos tópicos em debate, sobretudo no que diz respeito à concepção prática e teórica do que seja educação bilíngue. Por exemplo, com base no enunciado negativo “A educação bilíngue para surdos não é um problema meramente linguístico”, pudemos depreender o ponto de vista afirmativo – A educação bilíngue para surdos é um problema meramente linguístico – o qual correspondia a esse enunciador, que desconsidera a complexidade dos assuntos em discussão.

Identificamos também um *enunciador equivocado*, aquele que apresenta considerações sobre os tópicos em debate que se revelam enganosas e parece tirar conclusões parciais dos assuntos em debate. Exemplo: com base no enunciado negativo “Não se trata [na proposta bilíngue para surdos] de uma negação [à língua portuguesa].”, depreende-se a seguinte afirmativa subjacente: Trata-se [na proposta bilíngue para surdos] de uma negação [à língua portuguesa]. Ora, concluir que uma proposta versando sobre educação bilíngue para surdos seja a negação da língua portuguesa só pode ser uma característica de um enunciador equivocado.

A seguir, identificamos um *enunciador desinformado*, que demonstra não ter acesso a informações referentes ao universo da surdez e às implicações psicossociais que esta pode acarretar. Exemplo: do enunciado negativo “O surdo não pode aprender a língua oral espontaneamente”, depreende-se o ponto de vista afirmativo segundo o qual o surdo pode aprender a língua oral espontaneamente, o que constitui, sem dúvida, uma desinformação.

Um outro enunciador depreendido em nossas análises foi o *enunciador reacionário*, isto é, aquele que mantém valores e visões de mundo que podem ser

considerados obsoletos, levando-se em conta outros posicionamentos sociais contemporâneos. Um exemplo: ao enunciado negativo “Em nosso multidimensionado mundo atual, não se estabelecem mais certezas”, depreendemos a seguinte afirmativa (reacionária): Em nosso multidimensionado mundo atual, ainda se estabelecem certezas.

A definição dessas categorias e suas designações foram feitas com base num dado juízo que o locutor estaria revelando sobre os enunciadores ao negar seus pontos de vista. E dizer isso significa apenas que a atitude de “recusar” um ponto de vista remete certamente a um “valor” que atribuímos a esse ponto de vista. Cabe aqui retomar as considerações de Ducrot – com as quais, pela presente análise, concordamos – quando chama atenção para o seguinte fato do fenômeno da negação polêmica: quem nega desqualifica. Assim, reducionismo, equívoco, desinformação e reacionarismo, em que pesem as motivações de cada um, são atitudes rejeitadas.

Ainda sobre as designações, é preciso fazer três justificativas. A primeira, bastante objetiva, é que nossa organização, tanto quanto possível, privilegiou uma economia na caracterização – o que significou reunir o máximo de enunciados num único perfil. A segunda, referente à metodologia do trabalho, é que procuramos considerar a imagem de destinatário da revista, construída pelo gênero do qual participa o córpis, durante a escolha das designações. Isto é, reducionista, equivocada, desinformada, reacionária, da forma como foram descritos, são atribuições possíveis à imagem de coenunciador da revista, no caso, profissionais da área da surdez. A terceira, de ordem mais subjetiva, é que, entre várias designações possíveis, nossa organização acaba, e disso é difícil escapar, por refletir uma compreensão sobre o assunto que é a dos pesquisadores, sobre a imagem do coenunciador e sobre as próprias designações.

7. Alguns impasses teórico-metodológicos frente à produtividade do córpis

Durante o recorte do *cópus*, quando estávamos identificando os enunciados de caráter polêmico, deparamo-nos com dois impasses para os quais não encontramos respostas na descrição proposta por Ducrot. Esses impasses, de natureza teórico-metodológica, pareciam se apresentar pela própria natureza da pesquisa – uma pesquisa de *cópus*.

Ambos os impasses diziam respeito à relação entre o enunciado negativo e seu respectivo ponto de vista afirmativo subjacente. Para alguns dos enunciados negativos, no lugar de pontos de vista afirmativos, o que conseguíamos depreender eram interrogativas subjacentes, que nos pareciam questões antecipadas pelo locutor e que obtinham como resposta a negação do que era indagado. Um exemplo disso, vemos no enunciado “Não se sabe se algum dia conseguiremos ter crianças suficientemente bem oralizadas para que se possa dar um curso em língua oral.”, que parece responder à pergunta: você sabe se algum dia conseguiremos ter crianças suficientemente bem oralizadas para que se possa dar um curso em língua oral?

Propor a depreensão de questões subjacentes nesses casos seria admitir a possibilidade de a polêmica de enunciados negativos se manifestar também com um enunciador que assumiria o caráter de interlocutor. Não que os outros enunciadores não tenham esse caráter – de uma forma ou de outra, são “vozes” com as quais o gênero “dialoga”. Quando denominamos esse enunciador de “interlocutor”, o que estamos querendo salientar é sua característica de parecer estar no meio do caminho “entre” um ponto de vista – remetendo para o conceito de enunciador de Ducrot – e uma voz real – como num diálogo face a face. De fato, apenas um dos enunciados desse tipo não fazia parte do único artigo de *Espaço* que transcrevia uma palestra – gênero que mais facilmente simula uma interação verbal do tipo diálogo.

O outro impasse diz respeito ao teor da afirmativa subjacente. Para apenas três enunciados negativos do *cópus*, foi possível depreender afirmativas cujos pontos de vista eram qualificados, diferentemente das demais afirmativas, que tinham em comum o fato de apresentarem pontos de vista rejeitados pelo locutor. Um desses enunciados é: “quem não resiste à tentação de vê-los [os surdos], algum dia, serem como os ouvintes não encontrará na educação bilíngue uma tábua de salvação”. O problema apontado aqui não está na segunda negação, mas no sujeito oracional – “quem não resiste à tentação de vê-los [os surdos], algum dia, serem como os ouvintes” – cuja afirmativa subjacente indica que *há quem resista à tentação de ver os surdos, algum dia, serem como ouvintes*. Ora, o teor dessa afirmativa possui o mesmo caráter crítico que os demais enunciados negativos do locutor, que polemiza com os enunciadores reducionista, equivocado, desinformado e reacionário.

Essas três ocorrências de afirmativas qualificadas possuem em comum o fato de estarem na posição de sujeito oracional, mas sua produtividade limitada nos permite apenas apontar para um desdobramento em futuras pesquisas que possam avaliar sua recorrência. De qualquer modo, registre-se desde já o interesse de pesquisas que retomem a questão, tendo em vista que a atualização de um enunciador que assume um ponto de vista afirmativo qualificado, que ora chamamos de “enunciador crítico”, é um caso que não está previsto no tratamento da negação polêmica em Ducrot.

8. (In)conclusões

Neste artigo, pretendemos reafirmar que a metodologia que norteia uma pesquisa assentada em bases de ordem discursiva encontra-se em ininterrupta interlocução com o quadro teórico e com o tipo de práticas languageiras que se deseja investigar. No caso da pesquisa que deu origem ao presente artigo, pudemos depreender algumas das

ressonâncias da metodologia construída como sucessivas tomadas de decisão do pesquisador. Com efeito, a pesquisa relatada permitiu-nos explicitar as inter-relações entre o plano metodológico e minimamente os seguintes itens:

- delimitação do *córpus*, tendo em vista os sucessivos passos que foram dados, em função dos saberes que detinha o pesquisador acerca do universo pesquisado: relevância de uma instituição (o INES) no campo da educação de surdos, quantidade de revistas acadêmicas publicadas na área, conhecimentos implícitos presentes no debate sobre a educação de surdos na atualidade, etc.;
- eleição de marcas linguísticas de apoio à delimitação do *córpus*, conforme se verificou na escolha de títulos de artigos em que figurassem vocábulos como “bilíngue” e “bilinguismo”, assim como na eleição de enunciados em que se atualizasse a negação polêmica;
- especificação do quadro teórico adotado para o tratamento dos enunciados negativos, uma vez que, se todos os tipos de negação são igualmente marcados linguisticamente pela presença de *não*, também foi uma decisão metodológica considerar como polêmicas as negações em relação às quais o pesquisador poderia identificar como plausível um ponto de vista afirmativo subjacente;
- finalmente, problematização do quadro teórico adotado, considerando que o *córpus* analisado mostrava evidência de situações não previstas, como o atesta a captação dos enunciadores interlocutor e crítico.

Uma última observação importante acerca das bases metodológicas de toda investigação de caráter discursivo diz respeito à atualização do princípio de alteridade, que parece funcionar necessariamente como horizonte teórico:

... seja qual for a natureza dos elos que dão consistência ao conjunto de textos escolhidos como *córpus* de uma investigação em Análise do

Discurso, a saber, relação de maior ou menor afrontamento, de alianças mais ou menos explícitas, etc., algo que sempre se mantém como imperativo metodológico é uma certa concepção de *cópus* que privilegie a perspectiva do não uno, do múltiplo. (ROCHA, 2003, p. 207)

Em outras palavras, dando suporte ao ponto de vista apresentado, o que mais uma vez se reitera ao se conceder ênfase à perspectiva da alteridade é a certeza de que a noção de discurso só faz sentido se interligada à de interdiscurso (MAINGUENEAU, 2005).

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Cortez, 1992.

COURTINE, J.-J. *Langages 62 – Le discours communiste adressé aux chrétiens*. Paris: Larousse, 1981.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

INES. Revista *Espaço*, números 1 a 16, inclusive a edição comemorativa dos 140 anos do Instituto. Rio de Janeiro, 1990-2001.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências da Análise do Discurso*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1993.

_____. *Présentation. Langages 117 – Les analyses du discours en France*. Paris: Larousse, 1995.

_____. *Campo discursivo*. CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Gêneses do discurso*. Curitiba: Criar, 2005.

- MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise.
- INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (eds.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- QUADROS, R. M. Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda. *Anais do Seminário “Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos”*. Rio de Janeiro: INES, 1997.
- ROCHA, D. A opção por um espaço discursivo de análise: questões metodológicas.
- PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- RODRIGUES, I. C. Debates em educação bilíngue para surdos: vozes que habitam o dizer *não*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- ROMAINE, S. *Bilingualism*. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1995.
- SKLIAR, C (org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Vols. 1 e 2. Porto Alegre: Mediação, 1999.

Notas

¹ Optamos pelo uso desta palavra já adaptado à grafia do português, tendo em vista seu largo emprego em nosso idioma, sem que nos pareça mais necessário marcar o distanciamento frente ao que seria estrangeiro.

² Dados os limites deste artigo, estamos sintetizando em uma questão fundamental, no caso, o uso da língua de sinais, a ampla complexidade psicossociocultural que envolve a educação desses indivíduos.

³ Em seus estudos, Ducrot distingue três tipos de negação: polêmica, metalinguística e descritiva. Dados os limites deste artigo, detivemo-nos na breve apresentação apenas da primeira, sobre a qual recai nosso interesse.

⁴ No caso, considerando a tradição desse campo de debate, discursos que preconizam a oralização confrontando-se com discursos que preconizam o acesso à Libras.